

Defensoria Pública do Estado finaliza 6º Curso de Formação Inicial dos defensores públicos recém-empossados

Na sexta-feira (18/12), aconteceu o encerramento do 6º Curso de Formação Inicial das novas defensoras e defensores públicos aprovados no VIII Concurso de Provas e Títulos para ingresso na carreira da DPMG.

Promovido por meio da Escola Superior (Esdep MG), o curso foi organizado para oportunizar às novas defensoras e defensores públicos contato com as mais diferentes frentes de atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e teve início em 3 de novembro.

O encontro do encerramento aconteceu de forma virtual, com a participação da chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; do corregedor-geral Galeno Gomes Siqueira; de assessores da Defensoria-Geral e da Corregedoria-Geral; e da diretora da Esdep, Neusa Guilhermina Lara.



PÁGINA 2

Defensoria de Minas promove “I Mutirão das Famílias” em Ituiutaba

Extrajudicial e executada de forma preferencialmente virtual, a iniciativa busca regularizar a situação jurídica das famílias em 100 sessões de conciliação

PÁGINA 6



DPMG e ANS firmam convênio para intercâmbio de informações e agilizar solução de conflitos envolvendo planos de saúde

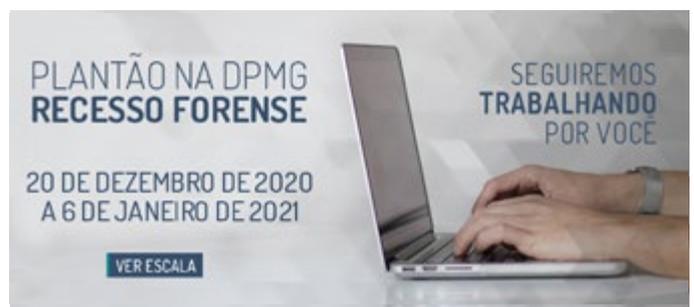
PÁGINA 5

STF acata pedido das Defensorias e determina que presos em grupo de risco em cadeias superlotadas deixem o regime semiaberto

PÁGINA 8

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Agenda / Mundo oficial **PÁGINAS 2 a 4**
- > Escola Superior **PÁGINA 4**
- > Ações em destaque **PÁGINAS 5 a 8**
- > Na mídia **PÁGINA 7**
- > Procedimentos/Comunicados internos **PÁGINA 9**



CONTINUAÇÃO DA CAPA

DPMG finaliza 6º Curso de Formação Inicial dos defensores públicos recém-empossados

Ao abrir os trabalhos, o corregedor-geral, Galeno Gomes Siqueira, destacou a qualidade do 6º Curso de Formação, que apontou aspectos práticos do dia a dia e da dinâmica do funcionamento da Defensoria Pública.

Salientando o viés preventivo e pedagógico da Corregedoria-Geral, Galeno Siqueira reforçou o apoio do órgão às novas defensoras e defensores públicos, especialmente durante o período do estágio probatório.

A beleza da carreira e a importância da sensibilidade e da dedicação dos defensores públicos foram observadas pelo corregedor-geral. “Precisamos nos perguntar que tipo de defensor queremos ser. Aqui estendemos o tapete vermelho ao povo humilde, aqui atendemos nas praças, nos morros, fazemos júri, atendemos dezenas de pessoas por dia, acordamos cedo, dormimos tarde, sofremos com a dor do assistido, canalizamos todas as

nossas energias em sua direção”, afirmou.

A diretora da Esdep, Neusa Guilhermina Lara, manifestou sua alegria em participar da organização do curso e fez votos que as novas defensoras e defensores públicos “não se acomodem, mesmo diante da difícil realidade que vão encontrar”.

Representando o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, e a subdefensora-geral, Marina Lage Pessoa da Costa, a chefe de Gabinete, Raquel Gomes, parabenizou os novos defensores “pelo brilhantismo, dedicação, empenho, bons resultados nos júris, desempenho eficiente nas peças e cuidado com os assistidos”.

Raquel Gomes salientou o objetivo comum de todos os defensores, de “construir uma instituição cada vez melhor para nossos assistidos”

[Leia na íntegra](#)



AGENDA

Reunião no TJMG para discutir alternativas para o projeto Canto da Rua tem participação do defensor-geral de Minas Gerais

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, participou de reunião no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que teve a finalidade de discutir alternativas para abrigar o projeto Canto da Rua Emergencial.

A iniciativa acolhe pessoas em situação de rua durante a pandemia do coronavírus e atualmente funciona na Serraria Souza Pinto, Centro de Belo Horizonte, com a participação da Defensoria Pública de Minas Gerais, que presta atendimento no local.

O encontro aconteceu no dia 10 de dezembro e contou com a participação do presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes; da assessora Jurídico-Institucional da Defensoria-Geral, Juliana de Carvalho Bastone; de representantes do Núcleo de Voluntariado



do TJMG, dos governos estadual e municipal, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e da Pastoral Nacional do Povo da Rua.

MUNDO OFICIAL

Defensor-geral participa de sessão histórica em comemoração aos 300 anos de Minas no Palácio da Justiça

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, integrou a mesa de honra em sessão histórica realizada no dia 14/12, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A solenidade aconteceu no Palácio da Justiça, em Belo Horizonte.

O desembargador Marcos Caldeira Brant procedeu à leitura do alvará régio de criação da Capitania das Minas e dos Matos Gerais, assinada pelo rei de Portugal, Dom João V, em 2 de dezembro de 1720. Uma cópia do documento foi entregue ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes.

Também compuseram a mesa de honra, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desem-

bargador Gilson Soares Lemes; o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus; o corregedor-geral de Justiça, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo; o vice corregedor-geral de Justiça, desembargador Edson Feital Leite; o desembargador Marcos Lincoln, representando o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Alexandre Victor de Carvalho; e a procuradora-geral adjunta jurídica, Eliana Falcão, representando o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior.

Estiveram presentes à Sessão do Órgão Especial, ainda, magistrados, servidores e colaboradores.

Com informações do TJMG

Fotos: Marcelo Sant'Anna / DPMG



DPG prestigia outorga do Colar do Mérito Judiciário

Na quarta-feira, 16, o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na solenidade de outorga do Colar do Mérito Judiciário, concedido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais

(TJMG) aos novos desembargadores Marcos Flávio Lucas Padula, José Eustáquio Lucas Pereira e Franklin Higino Caldeira Filho. A cerimônia de outorga da honraria comemorou também a posse dos magistrados como desembargadores, já ocorridas em solenidades restritas, tendo em vista a pandemia de Covid-19.

O Colar do Mérito Judiciário é concedido a pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras que, por seus méritos e relevantes serviços prestados à cultura jurídica ou à justiça, são merecedoras da especial distinção.

Compuseram a mesa de honra o presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes; o corregedor-geral de Justiça, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo; o superintendente administrativo adjunto, desembargador José Arthur Filho; o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares; e o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior.



MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública participa de cerimônia de posse do novo procurador-geral de Justiça de Minas Gerais



Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG



A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares na solenidade de posse e entrada em exercício do novo procurador-geral de Justiça do Estado, Jarbas Soares Júnior.

A cerimônia foi realizada na sexta-feira (11/12), na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Belo Horizonte.

Cerimônia de encerramento da gestão

O defensor público-geral do Estado foi representado pelo assessor institucional Wilson Hallak Rocha na solenidade de encerramento da gestão do procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet, que permaneceu à frente do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por quatro anos. A cerimônia ocorreu na sexta-feira (4/12).

Na solenidade, que contou com a presença do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, entre outras autoridades, foi feita a transmissão de cargo de chefe da instituição para o procurador de Justiça decano, que é o procurador mais antigo na instância, Darcy de Souza Filho.

Ao lado, o advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa; Antônio Sérgio Tonet; e o defensor público Wilson Hallak

ESCOLA SUPERIOR

Esdep promove último módulo do curso virtual sobre Tribunal do Júri

Na sexta-feira (11/12), a Esdep promoveu módulo do Curso Prático “Tribunal do Júri – Os desafios colocados pela atualidade”.

O conteúdo foi voltado para defensores públicos e estagiários de Direito. Dividido em quatro módulos, os encontros online ocorreram nos dias 20 e 27 de novembro, e 4 e 11 de dezembro.

Neste módulo, os defensores públicos Marco Túlio Frutuoso Xavier, Pollyana Oliveira Melo e Richarles Rios abordaram quesitação, organização da fala da defesa e tópicos de retórica.

Curso de Capacitação do MPRJ “Psicanálise da Violência Doméstica”

A Escola de Governo Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (IERBB/MPRJ) está com inscrições abertas para o Curso de Capacitação “Psicanálise da Violência Doméstica”. As aulas serão ministradas online de 9/2 a 29/4/2021.

O curso surgiu a partir do interesse e demanda dos operadores do Direito e de profissionais da Psicanálise e Psicologia, que identificam uma lacuna na compreensão dos fatos que cotidianamente são levados ao *setting* jurídico, nas demandas endereçadas ao Ministério Público, ao Judiciário, à Defensoria Pública ou aos escritórios de advocacia.

[Clique aqui para mais informações](#)


AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública busca soluções para cuidados a pacientes de saúde mental em reunião com a Fhemig

Na quarta-feira, dia 9, a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, e o coordenador da Defensoria Especializada de Saúde, Bruno Barcala Reis, reuniram-se com o presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), Fábio Baccharetti Vitor.

O encontro, que contou também com a participa-



ção de representantes do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (CRM-MG) e outros profissionais de saúde, teve como objetivo buscar soluções para a redução de leitos de assistência em saúde mental em Belo Horizonte.

Devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES) adequou os hospitais da Fhemig para receber possíveis casos de pessoas com Covid-19.

Com isso, o Hospital Galba Velloso (HGV) foi transformado em hospital de retaguarda para atendimento desses casos e seus pacientes foram transferidos para o Instituto Raul Soares (IRS), também especializado no cuidado a pacientes da saúde mental.

Também participaram da reunião a diretora assistencial da Fhemig, Lucineia Carvalhais; a presidente do CRM-MG, Cibele Alves de Carvalho; Maria Laura Oliveira, enfermeira do Hospital Galba Velloso; além de outros profissionais e técnicos que atuam na área.

DPMG e ANS firmam convênio para intercâmbio de informações e agilizar solução de conflitos envolvendo planos de saúde

A Defensoria Pública de Minas Gerais e a Agência Nacional de Saúde Suplementar firmaram Termo de Cooperação Técnica para estreitar o relacionamento interinstitucional, oportunizando o fornecimento e o intercâmbio de informações relacionadas à regulação do mercado de assistência suplementar à saúde.

O objetivo do TCT é identificar os problemas do mercado de saúde suplementar em Minas Gerais, respeitadas as prerrogativas e atribuições legais e observadas as regras de sigilo constantes da legislação aplicável.

A Defensoria Pública de Minas, em virtude da disparidade de informação ainda hoje existente no mercado de saúde suplementar, com a assinatura do TCT passará a contar com ferramentas e informações técnicas da área da saúde suplementar, a fim de melhor orientar aqueles que procuram seu atendimento.

De acordo com o defensor público, coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato, o TCT tem como finalidade a melhoria da atividade regulatória pela ANS e a redução das demandas judiciais relacionadas à saúde suplementar.

Na prática, a cooperação vai garantir mais subsídios para que a Defensoria busque a solução extrajudicial das demandas envolvendo planos de saúde privados, permitindo celeridade na solução em favor dos seus assistidos.

“Com isso, fica garantido o estabelecimento de medidas que possibilitem o intercâmbio de dados e de informações de interesse recíproco dos partícipes, a proteção e da defesa dos direitos do consumidor de planos privados de assistência à saúde e o estímulo à resolução de conflitos de forma amigável”, afirma Daniel Firmato.

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas promove “I Mutirão das Famílias” em Ituiutaba

Extrajudicial e executada de forma preferencialmente virtual, a iniciativa busca regularizar a situação jurídica das famílias em 100 sessões de conciliação

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), está promovendo o “I Mutirão das Famílias” em Ituiutaba. Facilitar e promover a conciliação das famílias são os principais objetivos da ação, voltada para pessoas residentes em Ituiutaba que aguardam atendimento da Defensoria Pública na área de Família.

Serão promovidas sessões de conciliação para atender demandas relativas à curatela, resíduo, alimentos, execução de alimentos, reconhecimento e dissolução de união estável, reconhecimento e investigação de paternidade, divórcio, guarda e obtenção de certidão de óbito.

O mutirão pretende realizar 100 sessões de conciliação em dois períodos: de 14 a 18 de dezembro, já em andamento, e de 11 de janeiro a 4 de fevereiro de 2021, e serão preferencialmente de forma virtual. As sessões e também o atendimento daqueles que não conseguirem

participar de forma virtual estão sendo agendados para a partir de 11 de janeiro.

Em virtude da pandemia de Covid-19, houve a necessidade de suspender temporariamente o atendimento presencial na área na unidade da DPMG na comarca, o que ocasionou uma fila de espera.

As defensoras públicas Priscila Cristiani Voltarelli Bozola e Mônica Alves da Costa, que estão à frente da iniciativa, explicam que em muitos casos, a possibilidade de acordo é real, o que dispensa o litígio, de forma a pacificar a relação e reduzir sensivelmente o tempo de espera para a prestação jurisdicional.

Os acordos firmados serão enviados para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) para homologação.

[Leia na íntegra](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Violência doméstica em roda de conversa do Programa de Mediação de Conflitos

No dia 10 de dezembro, a defensora pública Renata Salazar Botelho, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), participou de roda de conversa sobre violência doméstica, na sede do Programa Mediação de Conflitos (PMC) da Vila Pinho, em Belo Horizonte.



Implantado em várias comunidades afetadas pela violência em Minas Gerais, o Programa tem como proposta ajudar a resolver problemas de conflitos por meio do diálogo. Com a ajuda dos mediadores, os próprios envolvidos procuram encontrar uma solução pacífica para o problema. O PMC faz parte da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, do Governo do Estado, e possui diversas práticas de atendimento.

Em relação à violência contra a mulher, por exemplo, o PMC constrói estratégias de prevenção e proteção junto à mulher que demanda o atendimento, levando em consideração o contexto ao qual ela se insere, podendo intervir individualmente, a partir de orientações para acesso a direitos e encaminhamentos, ou coletivamente, ao realizar grupos que visem prevenir o fenômeno. O Programa também atua com a rede de proteção social, visando o enfrentamento às violências.

Audiência na ALMG no Dia Internacional de Direitos Humanos e homenagem

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) da DPMG, representou a Instituição na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da

Assembleia Legislativa de Minas Gerais em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro.

continua >>

CONTINUAÇÃO: AUDIÊNCIA NA ALMG NO DIA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E HOMENAGEM

Na audiência, a defensora pública Ana Cláudia Storch reafirmou a crítica à desocupação em Campo do Meio e considerou ser inadmissível a realização de ações de reintegração de posse durante a pandemia de Covid-19. Informou, ainda, que a Defensoria Especializada na qual atua aderiu à campanha nacional “Despejo Zero”, e tem exigido o cumprimento da ordem constituição que, por meio das convenções e tratados internacionais que o Estado Brasileiro aderiu, obrigam a proteção à vida e à dignidade humana.

[Leia a matéria na íntegra](#)



Durante a reunião, diversas pessoas, entre elas a defensora pública Ana Cláudia Storch (à direita), e instituições foram homenageadas pela Comissão de Direitos Humanos, que recebeu das mãos da deputada Andrêia de Jesus

AÇÕES EM DESTAQUE

Atuação de novos defensores públicos em júri resulta em absolvição de assistido

Em prática do Curso de Formação Inicial, recém-ingressos na carreira da DPMG demonstraram falta de provas contra o acusado

Por meio da atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) o assistido J. H.V., acusado de ter matado J.M.C, na porta da casa dela, foi absolvido no dia 14 de dezembro pelo 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte.

A Defensoria Pública sustentou que o acusado não tinha motivos para matar a vítima, somente sendo denunciado pela prática do crime por ter sido confundido com o verdadeiro autor do delito em reconhecimento fotográfico realizado há mais de 12 anos.

A sessão do júri foi presidida pelo juiz Pedro Câmara Raposo, que acolheu a decisão do Conselho de Sentença, absolvendo o acusado. Os defensores públicos Kassiane Moro Barbosa, Matheus Leroy de Castro Braga e Juliana Teichmann dos Santos, aprovados no VIII Concurso da Defensoria Pública do de Minas Gerais, foram os responsáveis pela defesa.

A prática, orientada pelo defensor público Richarles Caetano Rios, que atua no I Tribunal do Júri de Belo Ho-

Foto: Joubert Oliveira / TJMG



rizonte, integrou as atividades do 6º Curso de Formação Inicial das novas defensoras e defensores públicos empossados em 29 de outubro.

[Leia a matéria na íntegra](#)



NA MÍDIA

INTERDIÇÃO DA NELSON HUNGRIA

Redução do quadro de policiais penais pode causar risco de "colapso total" na segurança da unidade prisional

Defensoria Pública de Minas Gerais quer a interdição da Penitenciária Nelson Hungria

[MGTV 1ª edição](#)

Defensoria Pública quer interdição da Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, na Grande BH

[Bom Dia Minas](#)

Justiça analisa pedido da Defensoria Pública de interdição da Nelson Hungria

[Jornal O Tempo](#)

Defensoria Pública pede na Justiça interdição da Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem

[Jornal Hoje Em Dia](#)

Defensoria Pública solicita a Justiça que Penitenciária Nelson Hungria seja interditada

[Rádio Itatiaia](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

STF acata pedido das Defensorias e determina que presos em grupo de risco em cadeias superlotadas deixem o regime semiaberto

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, atendeu pedido em *habeas corpus* coletivo, que tem como impetrantes as Defensorias Públicas Estaduais e Distrital, por meio do Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS), e determinou que presos do regime semiaberto integrantes dos grupos de risco e que estiverem em cadeias superlotadas devem passar para a prisão domiciliar. A Defensoria Pública de Minas Gerais integra o GAETS. A decisão, proferida na quinta-feira (17/12), tem como objetivo a proteção à saúde por causa da pandemia de Covid-19.

Segundo as Defensorias Públicas, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estaria proferindo decisões em desacordo com a Recomendação 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e haveria resistência de outras instâncias na aplicação norma. Os órgãos apontaram, ainda, o agravamento da situação da pandemia entre a população carcerária e a profusão de decisões díspares como fatores que justificam a análise coletiva do pedido pelo STF. A Recomendação 62/2020 dispõe sobre orientações para evitar a disseminação em massa da Covid-19 no sistema prisional.

Diante da constatação de que a incidência da Covid-19 a cada 100 mil indivíduos na população carcerária é maior do que entre a população em geral e considerando a recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para a situação, o ministro fez várias determinações na liminar, deferida parcialmente. Edson Fachin reforçou que a medida terá vigência enquanto durar o estado de emergência, e o magistrado deverá reavaliar a decisão emitida nesses termos a cada 90 dias.

Para as defensoras e defensores públicos do GAETS, a decisão ressalta a importância da atuação das Defensorias Públicas estaduais e do DF no âmbito nacional, na medida em que expressam realidades regionais e locais, bastante distintas num país diverso como o Brasil. “E, num contexto de crise como o determinado pela pandemia do novo coronavírus, essas realidades diversas hão de ser conhecidas, em busca de soluções mais efetivas para os problemas complexos ora enfrentados”, destaca a nota assinada pelo GAETS.

[Leia a matéria na íntegra](#)

[Clique aqui para ler a decisão](#)

PUBLICAÇÃO

Núcleo de Atuação da DPMG em Brasília lança 4ª edição do ‘Drops dos Tribunais’

O Núcleo de Atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais junto aos Tribunais Superiores lançou a 4ª edição do boletim informativo “Drops dos Tribunais”. Esta edição traz importantes decisões atinentes à atuação da Defensoria Pública na área Criminal.

O “Drops dos Tribunais” é um informativo digital e

periódico para divulgação de decisões dos Tribunais Superiores e do TJMG, pertinentes à atuação da DPMG, trazendo também informações acerca do trabalho realizado, em Brasília, pelo Grupo de Atuação Estratégica da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores (GAETS).

[Clique aqui para ler](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

Abertura de consulta para interessados em participarem de cooperação voluntária e temporária na Defensoria Pública de Execução Penal em Muriaé, nos processos do SEEU

[Resolução nº 359/2020](#)

Escala de Defensores Públicos designados para o plantão de medidas urgentes referentes aos processos eletrônicos de Execução Penal e seus incidentes, em primeiro grau de jurisdição, que tramitam no SEEU durante o Recesso Forense

[Resolução nº 345/2020](#)

Oferta de vagas para os Defensores Públicos não estáveis, período de trânsito e do início do exercício das atividades nos órgãos de atuação pelos Defensores Públicos estáveis e não estáveis

[Resolução nº 346/2020](#)

CONSELHO SUPERIOR

Suspensão do processo de preenchimento das vagas ofertadas nas Câmaras de Estudos na forma e prazos das Resoluções 319 e 325 de 2020

[Deliberação nº 157/2020](#)

Calendário de sessões ordinárias para o primeiro semestre de 2021

[Deliberação nº 156/2020](#)



Os kits e calendários avulsos estão sendo distribuídos pelo setor de Logística da SRLI.

Para os defensores públicos, os kits estão identificados com etiqueta nominal, seguindo a lista publicada no site em “Quadro de Pessoas”, no Transparência.

As Coordenadorias da Capital devem entrar em contato com a Logística para combinar o recebimento, por e-mail ou telefone, a seguir:

- E-mail: logistica@defensoria.mg.def.br
- Tel.: (31) 2522-8746

Os servidores que utilizam agendas devem solicitar, da mesma forma, por meio da chefia imediata; e também, aqueles que necessitam de **calendários avulsos**, como para uso nas salas de conciliação e mediação e de reunião.

Para o **Interior**, a distribuição está a critério da Logística.

CESV INFORMA

Publicação do Manual de Supervisão de Estágio

Em consonância com a Instrução nº 11/2020 CGDPMG, a Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário (Cesv) informa a publicação do Manual de Supervisão de Estágio.

O documento está disponível de forma permanente na intranet, no menu lateral esquerdo, na aba “Estágio”, e também no portal da DPMG, no menu superior, campo “Espaço Cidadão”, item “Estágio >> Apresentação”.

[Acesse aqui o Manual de Supervisão de Estágio](#)

[Clique aqui para ver a Instrução nº 11/2020 CGDPMG](#)

Escala de plantão dos estagiários não obrigatórios

Os estagiários não obrigatórios/remunerados de graduação e pós-graduação trabalharão em regime de plantão no recesso forense (20/12/2020 a 06/01/2021). A escala de plantão será fixada de acordo com o calendário a ser cumprido pelo defensor supervisor, ficando o estagiário dispensado da assinatura do controle de presença neste período.

Excepcionalmente, em dezembro, o envio do relatório de frequência ocorre até dia 20/12/2020, às 23h59, sendo encaminhado exclusivamente para o e-mail estagio.pagamento@defensoria.mg.def.br. O controle enviado para qualquer outro e-mail, ainda que institucional, não será contabilizado para fins de pagamento.

Conforme disposto no Termo de Compromisso de Estágio, o período de recesso (férias) dos estagiários deve ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

SGPSO INFORMA

Novas alíquotas previdenciárias

A SGPSO, diante das solicitações recebidas de Defensores (as) Públicos(as), informa os impactos da alteração das alíquotas da previdência estadual, nos termos da LCE n. 156/2020, nos subsídios das classes da carreira, a partir da folha de pagamento de dezembro/20, ressaltando que em relação aos servidores (as) a metodologia utilizada é a mesma considerando as remunerações individuais.

[Leia a nota na íntegra e acesse o quadro de alíquotas](#)

NOTA DE FALECIMENTOS

A DPMG manifesta pesar pelos falecimentos da *sra. Guiomar Maria Jardim Leão Lara, mãe da defensora pública Luciana Leão Lara Luce*, no dia 8; do *sr. João Luís Chaves, pai da defensora pública Rosania Aparecida Chaves*, em atuação na área Cível, em Belo Horizonte; e do *sr. Augusto Fausto Pimenta, irmão da defensora pública Helena Odete Pimenta*, em atuação na DEINJ – Ato Infracional, ambos no dia 11.